



CÂMARA MUNICIPAL

ATA n.º12 /2012

Aos **quinze dias do mês de junho de dois mil e doze** na Sala de Sessões dos Paços do Município, realizou-se uma **reunião ordinária** a que estiveram presentes o Senhor Presidente, Humberto José Baptista Oliveira, o Senhor Vice-Presidente, Ernesto Fonseca Coelho, e os(as) Senhores(as) Vereadores(as), Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva, Ricardo João Estevens Ferreira Simões, Luís Pedro Barbosa Antunes e Ana Cristina Marques Silva Simões. -----

Secretariou a reunião a Assistente Técnica Rosa Maria Martins Henriques.-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e dez minutos. --

Seguidamente o Executivo deliberou, por unanimidade, considerar justificada a falta do Senhor Vereador Luís Jorge Frias Morgado, por motivos de ordem profissional.-----

1 - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

--- Na sequência da solicitação feita pelo Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes, encontra-se presente na reunião o Técnico da PortucelSoporcel Florestal, para prestar esclarecimentos em relação ao projeto florestal da Atalhada. -----

--- A este propósito o Senhor Presidente expôs o licenciamento relativo a esta mobilização do solo não é da competência da Câmara Municipal, uma vez que se insere em área de REN e tem um regime legal específico, tendo sido cumpridos todos os formalismos. -----

--- De qualquer forma o Senhor Vereador, até por alguns acontecimentos que foram ocorrendo, chamou a atenção para o facto de a versão final do projeto não ter sido presente a reunião do Executivo, e embora não houvesse essa obrigatoriedade, é pertinente até por se tratar da maior intervenção do género no Município. -----

--- Neste sentido deu a palavra ao Técnico supracitado, que fez um resumo do projeto em causa, referindo nomeadamente: -----

--- No que se refere à questão legal, a partir do momento em que é celebrado um contrato de arrendamento para uma determinada área, a Soporcel toma todas as diligências necessárias

para que o processo seja aprovado. Este deu entrada na Câmara, assim como o projeto e posteriormente foi remetido às outras entidades licenciadoras, designadamente a AFN. -----

--- Relativamente ao processo propriamente dito, há aproximadamente um ano foram assinados dois contratos de arrendamento, para plantação de cerca 130 ha.-----

--- Inicialmente estava prevista uma área inferior, que constava de uma proposta que a empresa entregou dois dias antes de ocorrer o incêndio, onde existia uma zona que era para manter, no entanto esta veio a ser reconvertida face a essa situação. -----

--- Daqui resultaram dois contratos: um com uma área total aproximada de 130 ha, dos quais se prevê arborizar cerca de 120 ha, ficando a restante como margem de segurança e outro com sensivelmente 8 ha, que é a zona mais a sul da mata e que será para manter. -----

--- É na área maior que se centra o trabalho de plantação “imediato” e para o qual foram elaborados dois projetos de florestação. Um para a área ardida de eucalipto, com uma extensão aproximada entre os 35 a 40 ha, em que se mantém o que existia e apenas se faz a reflorestação, sendo por isso um processo mais simples. Outro para uma área de florestação de cerca de 68 ha, mais extras (caminhos, aceiros e faixas de conservação), num total de 80 ha, onde existia algum eucalipto disperso e também pinho. -----

--- No grosso do projeto de florestação serão entre 110 a 120 ha, relativos aos dois projetos, verificando-se uma redução de área em relação ao inicialmente previsto, já que foram retirados cerca de 15 ha, em consequência dos afloramentos e que se considerou que não seria possível arborizar, embora na sua opinião pudessem fazer essa tentativa.-----

--- Existe uma zona onde não vão ser feitos patamares, já que a inclinação não é muito acentuada. No entanto na maior parte da área (70%) estão a ser construídos terraços e pelas características peculiares do local, com muita rocha solta, existe o risco de queda de pedra. -----

--- Inicialmente houve alguma falta de comunicação para este tipo de ocorrências, no entanto isso foi ultrapassada e felizmente não se verificou nada de grave. Todos estes casos devem ser comunicados o mais rapidamente possível ao responsável da obra, para que possa fazer a ficha de ocorrência. -----

--- Em resumo, nas áreas com soccalco estão a ser feitas escadas de 50 em 50 metros, é deixada uma faixa sem mobilização de terra, uma faixa de conservação, construídos aceiros a toda a volta, beneficiados todos os caminhos e vai ser feita uma faixa de proteção à sua volta. Depois é feito um rasgo com o ripper para fazer a linha de plantação e segue o plano de gestão normal, que no caso da Soporcel é certificado. -----

--- Nas áreas sem soccalcos o procedimento é um pouco diferente, são destruídos os cepos, é passado o ripper e colocadas as plantas. -----

--- No conjunto estão também previstas algumas áreas de proteção. -----

--- Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes-----

--- Relativamente a este assunto não tem nenhuma objeção a fazer quanto aos formalismos legais do licenciamento. -----

--- Já no que se refere ao projeto não lhes foi dado conhecimento da versão final, apenas foi apresentado o projeto prévio aquando do contrato de arrendamento. -----

--- Dada a natureza da intervenção, com uma área significativa (cerca de 100 ha) e até pelos compromissos que na altura foram debatidos, tendo chegado a consenso que seria um bom aproveitamento, mediante algumas condições, nomeadamente ao nível da criação de faixas de conservação e eventualmente colocação de algumas espécies autóctones, julga que deveriam ter tido conhecimento da versão final deste projeto.-----

--- Com esta exposição ficou mais esclarecido, no entanto gostaria de um *layout* do projeto, nomeadamente os mapas de enquadramento ao nível da mobilização do solo, tipos de

espécie e faixas de conservação, pois por vezes são interpelados em relação a este projeto e em boa verdade desconhecem o que está a ser feito. -----

--- Por outro lado sabe que a empresa pugna pelas questões de segurança, contudo para além das fichas de ocorrência, pensa que no início deveriam ter sido tomadas medidas preventivas, pois verificaram-se algumas situações delicadas.-----

--- O Técnico da Soporcel referiu que efetivamente ocorreram algumas situações de início, que foram ultrapassadas, contudo não aconteceu nada de grave. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Salientou todo este processo foi despoletado na sequência da proposta enviada pela Soporcel e viu dois objetivos neste projeto: por um lado garantir receita ao Município e por outro, por se tratar de uma entidade com credibilidade neste tipo de projetos, seria uma boa solução para a gestão florestal daquela área, sempre na perspetiva de defesa dos interesses do Município.-----

--- Questões de pormenor e projeto, admite que haja opiniões diferentes. Reconhece que uma paisagem de pinheiro é mais agradável que uma paisagem de eucalipto, mas também entende que podem ser compatíveis.-----

--- A este respeito o Técnico referiu que inicialmente era isso que estava previsto, a florestação com pinho e eucalipto. Os mapas iniciais apresentavam eucalipto, pinho, novamente eucalipto, áreas de lazer, zonas de proteção. Mas isso era naquele momento, agora o Município está deparar-se com um problema e talvez seja uma solução tentar a florestação com outro tipo de resinosas que não o pinho, que está a morrer de dia para dia. -

2 - INTERVENÇÃO DOS VEREADORES.

--- Após a intervenção do Sr. Vereador da Ação Social, que explicou as razões da apresentação dos dados do relatório de atividades da CPCJ na reunião do executivo, já que se trata de uma inovação, passou a palavra à Assistente Social Zulmira Antunes, que, na qualidade de responsável pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Penacova, fez uma apresentação genérica do Relatório de Atividades de 2011, conjugando estes dados, em termos comparativos, com os dados disponíveis referentes aos primeiros 5 meses do ano de 2012. -----

--- Assim, começou por dizer que esta iniciativa tem como objetivo divulgar as atividades da Comissão e apelar à corresponsabilização das entidades e população para a necessidade de, em conjunto e unindo esforços, se combater e prevenir as situações que dão origem ao risco e ao perigo a que um setor tão vulnerável da população como é o das crianças e jovens pode estar sujeito. Referiu ainda que as preocupações que têm no combate às inúmeras situações de crianças e jovens em perigo existentes no concelho são enormes, registando-se um crescimento acentuado nos últimos meses, provavelmente, relacionado com a época de crise económica que atravessamos, pois a falta de emprego e a falta de meios essenciais leva a consequências graves, no que se refere ao aumento do nível de instabilidade

emocional e relacional entre os adultos, transformando em vítimas os mais frágeis: crianças e idosos. Daí que os problemas que surgem na origem da sinalização dos casos à CPCJ são os relacionados com os conflitos conjugais, a negligência das crianças, a violência doméstica e, ultimamente, têm surgido também sinalizações de suspeita de abuso sexual.-----

--- As Comissões têm na sua base estrutural e legal a lei 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo. Estas são instituições oficiais, não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos das crianças, prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação e bem-estar das crianças e jovens. -----

--- As situações de perigo são comunicadas à CPCJ pelas autoridades policiais, pelas IPSS, pelo Centro de Saúde, pelos estabelecimentos de educação e outros, para além de qualquer cidadão que testemunhe situações que coloquem em perigo ou em risco as crianças que conheçam. O maior nº de sinalizações ocorre nas escolas e nos diversos serviços de atendimento de ação social existentes no concelho, porque é aí que surgem e que são diagnosticadas situações de famílias em risco. A partir do momento em que se verifica que se trata de uma família em risco e se estiverem envolvidas crianças, estas são sinalizadas à comissão e estas famílias têm uma intervenção com base noutro registo, diferente do da ação social, porque basta haver uma Lei que a CPCJ é obrigada a aplicar, para logo à partida as regras serem outras, nomeadamente, obrigatoriedade de cumprimento de normas e comportamentos, aplicação de medidas, assinatura de Acordo de Promoção e Proteção e encaminhamento para Tribunal de Família e Menores, na falta de cumprimento do Acordo referido.-----

--- Em termos de circuito de intervenção da CPCJ, para que entendam o quanto é trabalhosa a atividade da comissão e o quanto implica em termos de estratégia e de recursos disponíveis, é necessário proceder à abertura de um processo assim que é sinalizada uma situação de risco ou de perigo. A sinalização pode ser anónima, pode ser presencial ou pode ser apresentada via telefone/carta, etc.. Após a receção de uma sinalização, a lei não permite que sejam pedidas informações a terceiros, mesmo que se saiba que está um outro serviço envolvido. Podem ser pedidos esclarecimentos a quem sinalizou, nomeadamente mais alguns dados, mas não a outras pessoas, pois os pais e/ou responsáveis legais têm direitos inscritos na Lei e têm de ser ouvidos em primeiro lugar. A seguir à sinalização é efetuada a convocatória para os pais ou responsáveis legais das crianças e jovens, porque para a comissão intervir a partir daí necessita do consentimento expresso deles, assim como também necessita da declaração de não oposição à intervenção das crianças e jovens com idade superior a 12 anos. -----

--- Este primeiro momento de abordagem e acolhimento à família dita o futuro da intervenção da comissão, porque se a entrevista for mal encaminhada e se a comissão “entrar a matar” está tudo perdido, porque se os pais não aceitarem a comissão, o meio de intervenção que resta é o do encaminhamento do processo para o Tribunal de Família e Menores, o que não é uma boa solução quando o que se pretende é resolver os problemas identificados, pois, por alguma razão as comissões foram criadas ao nível dos concelhos e pressupõem a articulação dos serviços do concelho para a resolução dos problemas, pois também é nesse contexto que existem os recursos mais adequados. -----

--- Ainda no que se refere à abordagem às famílias, Zulmira Antunes refere que antes de ser dado o consentimento, os responsáveis pelas crianças que são sinalizadas têm de saber objetivamente a razão da sinalização, porque é que foram sinalizados os seus filhos, mesmo quando são eles próprios os responsáveis por os colocar em perigo. Mas também devem perceber que a Comissão está ali para os ajudar a ultrapassar o problema e a melhorarem o seu desempenho como pais/responsáveis legais. Refere ainda que o cumprimento destes princípios da intervenção constitui sua primeira preocupação como técnica pertencente à

comissão desde 1994 e atualmente como coordenadora da mesma. Tem sido este o testemunho que tem passado aos elementos novos que vão sendo integrados ao longo dos anos. -----

--- Talvez por a CPCJ de Penacova ter esta preocupação é que a taxa de situações encaminhadas para o Tribunal, por falta de consentimento das famílias, é muito reduzida, ao contrário do que acontece noutras comissões. -----

--- Ainda no que se refere ao circuito que um processo de promoção e proteção efetua, há a referir, em traços gerais, que a partir da primeira convocatória ocorrem uma serie delas, até que se confirme a existência ou não de situação de risco ou perigo para a criança ou jovens envolvidos. Se não se confirma o processo é arquivado, se se confirma é elaborado um acordo de promoção e proteção por escrito. Trata-se de um acordo entre as partes, um acordo entre a comissão e o pai, a mãe, o jovem, uma tia, a escola, um diretor de turma ou um assistente social de uma outra instituição. São envolvidos todos os elementos que se considerarem importantes e que é necessário envolver para bem da criança. Este acordo é revisto de três em três meses, para além disso são efetuadas visitas domiciliárias e outras entrevistas durante o decurso do processo. -----

--- Este procedimento, previsto na lei, obriga a efetuar muitas diligências e diversos contactos, daí que, conforme se pode constatar no relatório do ano passado, registam-se, em termos de números, 228 de atendimentos, contactos com a família criança jovem; contactos com outras instituições 152; convocatórias e notificações 149, visitas domiciliárias 73. -----

--- Existem muitos contactos com o Magistrado do Ministério Público do Tribunal de Família, que é a entidade que supervisiona e fiscaliza a atividade da comissão. É também o ministério público do TFM que aplica as medidas de urgência de retirada e internamento das crianças e jovens em perigo eminente, após o contato e o alerta efetuado pela Comissão. -----

--- Em termos de reuniões previstas, a lei exige que se façam reuniões da comissão restrita de 15 em 15 dias, no entanto a Comissão de Penacova, no ano passado, a partir do meio do ano, entendemos que tínhamos condições para fazer reuniões semanais, o que está a acontecer e resulta muito melhor, porque é nestas reuniões que os processos são debatidos, avaliados e sujeitos a deliberação/decisão final e assim, não se verifica um tempo de espera da decisão tão grande.-----

--- Em termos de volume processual no ano de 2011 registou-se a abertura de 76 processos e no final de Novembro estavam 46 processos em acompanhamento. -----

--- Quanto aos motivos que levaram ao arquivamento, apenas foram enviados para Tribunal 9 processos, por incumprimentos do acordo ou porque tiveram de aplicar uma medida de institucionalização em lar e no ano passado tiveram algumas situações dessas. foram 7 situações arquivadas por não subsistir perigo, os restantes foram sendo arquivados ao longo do ano, após a verificação da não existência de perigo.

O número de crianças acompanhadas segundo o escalão etário continua a ser desde há alguns anos a esta parte, o correspondente aos da faixa etária 11 – 14 anos, que é aquela que apresenta maior número de situações de risco ou perigo. -----

--- As situações que levam à instauração do processo têm sido, ao longo dos anos, a existência de negligência da parte das famílias e de seguida, e no ano passado foi bastante evidente, a existência de situações de maus tratos físicos, psicológicos, abuso emocional.

No ano passado, em comparação com os anos anteriores, em termos de medidas aplicadas, surge a medida de acolhimento institucional, que atingiu os 22% dos casos, por terem ocorrido situações sérias de perigo. -----

--- O apoio junto dos pais é o tipo de medida mais aplicada, pois tem a ver com o trabalho que desenvolvemos com as famílias, para que elas consigam dar respostas adequadas às necessidades dos seus filhos; nos últimos anos a Comissão tem investido muito no trabalho junto das famílias, numa perspetiva de melhoria das suas competências parentais. -----

--- Outra das medidas que foram aplicadas consiste na colocação das crianças à confiança de pessoas idóneas, nomeadamente na família alargada e outros familiares. -----

--- Para além do trabalho diretivo e interventivo que se faz com as famílias, a Comissão organiza e colabora na organização de atividades destinadas às crianças e às famílias, porque o trabalho das Comissões tem de ser também preventivo e integrador de mudanças que promovam o desenvolvimento de hábitos de vida saudáveis, que por vezes as famílias de risco não têm ou não conseguem ter. Assim, foi a Comissão que, no ano de 2001 deu início à realização de campos de férias recreativas e lúdicas para as crianças, realizados com os recursos existentes na Comissão e Câmara Municipal. Atualmente é o serviço de desporto que organiza as atividades com o qual a CPCJ se articula e colabora na realização das férias desportivas da Câmara. Assim, em 2011 participaram 27 crianças da CPCJ nas atividades da páscoa e verão. Também encaminham crianças da CPCJ para as colónias de férias da Segurança Social. -----

--- Ainda no que se refere ao relatório de atividades de 2011, a Comissão organizou ações de sensibilização em temáticas previamente selecionadas pelos técnicos e pela escolas, nomeadamente, foi dada formação a técnicos da CPCJ, Professores e Auxiliares de Educação sobre bullying e Primeiros Socorros. -----

--- Foram realizadas ainda outras iniciativas, como a comemoração do dia da família, participação nas reuniões da Associação de Pais, reuniões de diretores de turmas, equipa de educação especial, entre outras. -----

--- Em termos de informação geral resta dizer que mediante um Protocolo estabelecido entre a Associação Nac. de Municípios e a Comissão Nacional das CPCJ, as Câmaras são financiadas com alguma verba para fazerem face a despesas de manutenção e apoio logístico, que durante anos consecutivos a Comissão não tem gasto na sua totalidade. Também com base no protocolo que foi estabelecido entre o Ministério da Educação e a Comissão Nacional, o serviço de educação do concelho tem um professor representante que tem um horário de 12 horas destinado ao trabalho na Comissão e que tem o papel de interlocutor entre os estabelecimentos de ensino, diretores de turma e direção do agrupamento e a CPCJ. Esta professora também desempenha funções de tutoria junto de alunos previamente sinalizados e que necessitam de um acompanhamento mais sistemático e quase diário. Aproveito para deixar aqui uma palavra de apreço pelo excelente trabalho que a Prof. Leonor Azevedo tem efetuado nos últimos três anos em que está integrada na Comissão, porque efetivamente tem sido incansável e muito dedicada no seu papel de interlocutora e de representante da educação na CPCJ. -----

--- No que se refere ao papel das Câmaras na CPCJ, em termos legais estas só são responsáveis pelo funcionamento e apoio logístico, nomeadamente instalações telefone, fax, viatura e apoio administrativo. Mas se não fossem as Câmaras e os seus recursos técnicos as comissões não funcionavam e tinham de fechar as portas. O Ministério da Justiça, ao criar a Lei 147/99 de 1 de setembro, Lei de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, não disponibilizou pessoal para colocar nas Comissões. Como as situações de perigo são de cada concelho, é cada um dos concelhos e com os seus recursos que têm de colocar os recursos de fazer aplicar a lei. As pessoas que estão envolvidas na CPCJ de Penacova são recursos humanos da ação social e educação, para além de um jurista voluntário há já alguns anos e que tem tido uma intervenção bastante relevante. A lei também permite que se cooptem técnicos das IPSS locais, para além de ser obrigatória a integração de um representante destas instituições, que também têm responsabilidades em matéria de proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens do concelho. -----

--- A CPCJ funciona vinte e quatro horas, sendo o atendimento fora do horário normal de trabalho efetuado através do telemóvel oficial da CPCJ. Tendencialmente a Comissão tem de funcionar cada vez mais fora do horário normal de trabalho, tanto no que se refere ao atendimento das famílias, como na realização das visitas domiciliárias. É fora do horário normal de trabalho dos técnicos que as famílias têm disponibilidade para se deslocarem aos serviços para serem ouvidas e também é à noite que é possível encontrar a família junta no seu domicílio. Para além disso, ultimamente têm surgido diversas sinalizações de perigo ao

fim de semana, no entanto, há sempre resposta pronta da parte da Comissão, porque os seus elementos têm estado sempre disponíveis a qualquer hora para intervir. Por isso, para terminar, gostaria de deixar aqui um reconhecimento público aos elementos da Câmara que fazem parte da atual equipa da Comissão, pelo seu empenho, dedicação, disponibilidade e “amor à camisola” que têm demonstrado, mesmo quando é necessário efetuar este trabalho fora do seu horário normal de trabalho, e porque é sobre esta equipa que recai toda a atividade do dia-a-dia da CPCJ, nomeadamente às Assistentes Sociais Patrícia e Mónica, à Animadora Liliana, aos Professores das AEC Marta e Renato, à Coordenadora Técnica Dulce Amaral, à Assistente Técnica Paula Silva, que para além de ser gestora de processos secretaria a CPCJ e substitui-me nas minhas ausências da coordenação da Comissão. Há ainda a referir a ajuda preciosa que tem sido dada nos últimos anos pela Psicóloga Ana Cardoso do GIP, que se encontra sedado nas instalações junto da ação social. -----

--- Como nota final, agradeceu ao Executivo o facto de ter reforçado a equipa de ação social com mais uma Assistente Social, uma vez que essa decisão foi crucial para neste momento a autarquia poder efetuar um acompanhamento atempado e rigoroso quer da comissão, quer das famílias que procuram o serviço no âmbito da ação social. Sem este reforço seria impensável nesta época de crise económica e social, dar resposta a todas as solicitações que chegam ao serviço. E porque já muita tinta se gastou a criticar a contratação de mais uma Assistente Social, principalmente por se tratar da AS Mónica Simões, tenho de, neste contexto em que me encontro, fazer justiça ao seu exemplar trabalho como voluntária na Câmara Municipal e na CPCJ desde o ano de 2008, época em que provavelmente o seu irmão, atual Vereador da Câmara, não pensaria que viria a pertencer ao executivo. Também quero referir que no primeiro semestre de 2010, quando a AS Patrícia e um outro elemento da CPCJ se encontravam de licença de maternidade e eu acumulava funções de chefe de divisão, foi a AS Mónica Simões que assegurou voluntariamente o serviço de ação social. Deixo aqui o meu grande apreço por esta pessoa, que, se acabou por vir a fazer parte da equipa desta Câmara, foi devido ao seu mérito e profissionalismo demonstrado quando se encontrava como voluntária, sem nunca nada ter pedido em troca.-----

--- Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes-----

--- Deixou uma palavra de agradecimento à Drª Zulmira Antunes enquanto coordenadora da CPCJ e a toda a vasta equipa, manifestando o seu reconhecimento pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo destes anos. -----

--- Certamente esta comissão nunca foi tão bem divulgada como deveria ser, há aqui questões de sigilo que têm de ser respeitadas, mas nunca é demais falar no excelente trabalho e no voluntariado que está associado a tudo isto. Não é só no trabalho enquanto funcionários, pois há sempre alguma responsabilidade contratual, mas aqui há muito trabalho de voluntariado.-----

--- Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões -----

--- Agradeceu igualmente o esclarecimento que foi dado no âmbito da ação da CPCJ, bem como o trabalho desta equipa, nomeadamente o voluntariado. -----

--- Reforça ainda a ideia de que é necessário investir na prevenção, para evitar algumas situações de risco para as crianças e jovens.-----

--- Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Vice-Presidente Ernesto Fonseca Coelho. -----

--- **Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões** -----

--- Pretende manifestar a sua preocupação relativamente ao número de alunos que está a diminuir drasticamente no Agrupamento de Escolas de Penacova. A continuar assim correm mesmo o risco de ficar sem o Ensino Secundário, o que é muito grave para os jovens que ficam, que não têm possibilidades de ir para Coimbra ou para outra escola. Estes têm as opções limitadas, já que houve mudanças ao nível do Ministério, nomeadamente o aumento do n.º de alunos por turma e o caso dos alunos do Secundário, em que com dez alunos conseguiam abrir uma opção e agora são necessários vinte. Consequentemente os alunos, aqueles que têm essa possibilidade, vão enveredar por outras escolas, nomeadamente Coimbra.-----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Relativamente a esta matéria, que de facto é preocupante, sugere que este assunto possa ser discutido em reunião do Executivo, na tentativa de encontrarem soluções que possam minorar este problema. -----

--- **Senhora Vereadora Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva** -----

--- Relativamente aos custos da estratégia de comunicação, que foi abordado na anterior reunião, e feito o apuramento desde o ano de 2008, aos dois jornais regionais – Beiras e Diário de Coimbra – onde normalmente fazem publicidade aos eventos e às iniciativas da Câmara, verifica-se: -----

--- Diário de Coimbra: -----

--- 2008 - 5.992,20€; 2009 – 4.740,00€; 2010 – 4.886,00€; 2011 – 2.993,40€ -----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- Perguntou se este apuramento foi feito só a nível da publicidade, ou também inclui os anúncios que são obrigatórios publicar. -----

--- A **Senhora Vereadora** esclareceu que inclui tudo, trata-se de uma conta corrente, que além dos anúncios obrigatórios inclui as assinaturas anuais para diversas escolas e Jardins de Infância. --

Continuando, expôs:-----

--- Jornal As Beiras -----

--- Em 2008 – 8.193,00€; 2009 – 12.168,20€; 2010 – 19.501,38€-----

--- No que se refere ao extrato de 2010, passou uma dívida de 2.400€ referente a 2009, para além de terem na altura optado por fazer um colóquio titulado – A Nobre Cozinha Portuguesa, que foi muito divulgado, foi uma proposta das Beiras para diversas Câmaras da região. Este colóquio teve um custo total de 6.000€, pelo que este foi um ano atípico. -----
--- Em 2011 – 5.659,55€.-----
--- Aperceberam-se que havia uma discrepância entre as Beiras e o Diário de Coimbra, faziam-se mais publicações no Diário As Beiras, talvez porque sejam mais pró-ativos na procura da publicidade, pelo que este ano estão a procurar encontrar um equilíbrio entre esses dois órgãos de comunicação social. -----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- Questionou relativamente à situação das transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, pois alguns Presidentes de Junta queixam-se de atrasos nos pagamentos. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Relativamente ao assunto suscitado pelo Senhor Vereador, salientou que essa situação tem a ver com a problemática da lei dos compromissos, pois continuam a estudar a melhor forma de maximizar os fundos disponíveis. Na próxima segunda-feira vai participar numa ação de formação sobre essa matéria e espera ficar mais esclarecido, pelo que até lá vai-se reservar de não emitir qualquer opinião. -----
--- As Juntas de Freguesia, assim como outras entidades, inclusive as associações, têm sofrido alguns atrasos, nomeadamente nas deliberações. Todas as transferências que foram objeto de deliberação estão a ser processadas, quanto às restantes a sua sensibilidade é deliberarem de acordo com o que se comprometeram com a Juntas de Freguesia, mesmo assumindo que não estão a cumprir a lei dos compromissos. Sem prejuízo de que, se esta lei for para aplicar exatamente como está, não sabe quando poderão novamente aprovar qualquer despesa. Tudo dependerá da forma como vai decorrer a aplicação desta legislação.
--- Relativamente a outros Municípios, o que tem verificado é que todos estão com algum cuidado, mas ninguém está a aplicar a lei com todo o rigor e portanto é uma situação que tem que ir ponderando. Entretanto deve ser publicada legislação que ajude a clarificar toda esta questão, por altura da celebração dos contratos de financiamento no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local. -----
--- Neste momento e para todos os efeitos a lei dos compromissos está em vigor. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1/06/2012.

--- Posta a votação, a ata n.º 11/2012, referente à reunião ordinária de 01/06/2012, foi aprovada por unanimidade.-----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA.

--- Presente ao Executivo o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 14/06/2012, pelo qual tomou conhecimento que o total de disponibilidades deste município é de € 794.028,33 (setecentos e noventa e quatro mil vinte e oito euros e trinta e três cêntimos), sendo o montante de operações orçamentais de € 536.241,57 (quinhentos e trinta e seis mil duzentos e quarenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos) e o de operações não orçamentais de € 257.786,76 (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e oitenta e seis euros e setenta e seis cêntimos).-----

5 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A MÉDIO E LONGO PRAZO.

--- No seguimento da deliberação de 1 de Junho de 2012 e verificando que não foram apresentadas propostas, o Executivo deliberou, por unanimidade, determinar a abertura de novo procedimento.-----

--- Mais deliberou estabelecer que o prazo para apresentação das propostas será até ao dia 13 de Julho, mantendo-se as restantes condições constantes da deliberação de 14 de Agosto de 2012.-----

6 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO.

--- No seguimento da deliberação camarária de 01 de Junho de 2012, foi presente a informação da Comissão de Análise das Propostas:-----

Informação

Com vista a fazer face a dificuldades de tesouraria, foram solicitadas propostas com vista à contratação de um empréstimo de curto prazo sob a forma de conta corrente caucionada. --- A Lei das Finanças Locais (LFL) autoriza os municípios a recorrerem ao crédito nas condições consignadas no artigo 38.º e seguintes. -----

Nos termos do n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar abertura de crédito de curto prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. A lei das Finanças Locais, inscreve o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com estes constrangimentos, fixando desde logo, o limite máximo de um ano para estes créditos. -----

Os empréstimos de curto prazo, com maturidade até um ano, são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados no prazo máximo de um ano da sua contratação. -----

Caso estes empréstimos não sejam amortizados até 31 de Dezembro, do ano da sua contratação, acresce o n.º 4 do artigo 39.º que, o montante em dívida revela para efeitos do cálculo do limite dos empréstimos de médio e longo prazo. -----

O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo não pode exceder, em qualquer montante do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do Sector Empresarial Local, relativas ao ano anterior (n.º 1 do artigo 39.º da LFL).-----

Vejamos então o montante máximo que o empréstimo curto prazo pode assumir:

Impostos	Receita 2011
IMI	600.001,55
IUC	202.425,99
IMT	138.531,98
CA	549,25
SISA	811,29
Total Impostos	942.320,06
FEF Corrente	3.493.586,00
Participação Vari. IRS	91.599,00
FEF Capital	2.329.58,00
Total Receitas	6.856.563,06
Limite 10%	685.656,31

Sendo as receitas elegíveis para este efeito de 6.856.563,06€ o limite é 10%, 685.656,31€, o município entendeu solicitar proposta para 600.000,00€.-----

Foram pedidas propostas a 9 instituições bancárias:-----

- **Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria**-----
- **Banco BPI, S.A.**-----
- **Banco Espírito Santo**-----
- **BPN- Banco Português de Negócios, S.A.**-----
- **Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira, CRL**-----
- **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**-----
- **Millennium Banco Comercial Português, S.A.**-----
- **Banco Santander Totta, S.A.**-----
- **Montepio – Caixa Económica Montepio Geral**-----

Sendo que foi rececionada uma única proposta, do Banco Santander Totta, S.A dentro do prazo para apresentação das mesmas.-----

A Caixa Geral de Depósitos e a CCAM da Bairrada e Aguieira apresentaram propostas, no entanto as mesmas foram rececionadas nas nossas instalações fora do prazo para apresentação das mesmas, pelo que foram excluídas.-----

Instituição de Crédito-----

Banco Santander Totta-----

Montante – 600.000,00€;-----

Prazo Total – 6 meses;-----

Taxa Referência – Euribor a 6 meses;-----

Spread – 6%;-----

Reembolso – Amortizações sempre que o Município deseje;-----

Comissão Dossier – 225,00€;-----

Comissão de Abertura / Contratação – 4.500,00€; -----
 Comissão Imobilização – 2% ano Mínimo 250,00€; -----
 Comissão Renovação - -----
 Comissão de Gestão / Processamento Mensal – 18,00; -----
 Comissão de Acompanhamento - -----
 Garantias – Contrato Conta Corrente Caucionada subscrito pelo Município; -----
 Contrapartidas – Operação condicionada abertura de conta para depósitos de cauções ou IMI; -----
 Validade da Proposta – 30/06/2012. -----

O júri do procedimento procedeu a análise da referida proposta, e atendendo a que a mesma apresentava elevadas comissões, após comunicação à Câmara decidiu proceder à negociação da proposta com o Banco Santander, e atendendo ao interesse público, aceitou as novas condições apresentadas no dia 14 de junho pelo referido banco que se apresentam seguidamente: -----

Banco Santander Totta -----

Montante – 600.000,00€; -----
 Prazo Total – 6 meses; -----
 Taxa Referência – Euribor a 6 meses; -----
 Spread – 5,75%; -----
 Reembolso – Amortizações sempre que o Município deseje; -----
 Comissão Dossier – Isenção; -----
 Comissão de Abertura / Contratação – 1.500,00€; -----
 Comissão Imobilização – 0,25% ano Mínimo 250,00€; -----
 Comissão Renovação - -----
 Comissão de Gestão / Processamento Mensal – Isenção; -----
 Comissão de Acompanhamento - -----
 Garantias – Contrato Conta Corrente Caucionada subscrito pelo Município; -----
 Contrapartidas – Operação condicionada abertura de conta para depósitos de cauções ou IMI; -----
 Validade da Proposta – 30/06/2012 -----

Pelo que se propõe que a presente Informação seja presente à Câmara Municipal, para que esta delibere submeter a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a contratação deste empréstimo a curto prazo, bem como a sua adjudicação à entidade bancária selecionada. -----

Legislação aplicável: - artigo 38.º, n.º 3 LFL (definição de empréstimo a curto prazo); -----
 - artigo 39.º, n.º 1 LFL (limite geral dos empréstimos a curto prazo); -----
 - artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de junho, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
 - artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de junho, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, adjudicar a contratação do referido empréstimo nas condições acima expostas, ao Banco Santander Totta. -----

--- Mais deliberou submeter o assunto á aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d), do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

7 - AUTORIZAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA ASSUNÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA.

Proposta

--- Considerando, por um lado, o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através da locação com opção de compra, locação financeira, locação venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetuada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.-----

--- Considerando, por outro lado, a alínea c) do nº 1 do art. 6º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso. E que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os Municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades de administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

--- Considerando que o artigo 13º do projeto Decreto-Lei, que visa regulamentar a citada Lei dos Compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais. -----

--- Considerando que no momento de aprovação dos documentos para o ano 2012, não se encontrava em vigor a supracitada legislação, existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art. 22º do DL 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela Lei dos Compromissos (art. 13º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro) -----

--- Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando aplicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal, relativamente à Câmara Municipal:-----

--- 1 – Para os efeitos previstos nas alíneas c) do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal de Penacova, nos casos seguintes: -----

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.-----

--- 2 – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

--- 3 – A Câmara Municipal poderá delegar ao Presidente da Câmara Municipal de Penacova a assunção de compromissos plurianuais, relativamente a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante previsto por Lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

--- 4 – O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal de Penacova, relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos nºs 1 e 2, já assumidas, a assumir, ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012. -----

--- 5 – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

--- Mais se propõe a aprovação desta proposta de minuta.-----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta apresentada, devendo ser solicitada à Assembleia Municipal a referida autorização prévia. -----

8 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO DE 2012.

--- Foi presente ao Executivo a proposta de alteração n.º 3 ao Orçamento de 2012, com reforço das seguintes rubricas: -----

01 – Administração Autárquica -----
0102 04010101 – Empresas públicas municipais e intermunicipais – 8.239,09€ (transferência para a Penaparque para reequilíbrio financeiro);-----

02 – Administração Geral -----
02 020219 – Assistência técnica – 2.500,00€ (contrato de Gispert relativo a impressoras);
02 020224 – Encargos de cobrança de receitas – 22.500,00€ (encargos gerais de avaliação do IMI);-----

03 – Divisão de Ambiente Serviços Urbanos e Obras -----
03 07010305 – Escolas – 2.000,00€ (elaboração do projeto e acompanhamento da obra do muro de vedação do Centro Escolar de Penacova); -----
03 07010601 – Recolha de resíduos – 2.200,00€ (aquisição de plataforma para o carro do lixo).-----

--- Posta a votação, a proposta de alteração n.º 3 ao orçamento de 2012, foi aprovada por maioria com 3 (três) votos e 2 (duas) abstenções.-----

--- Abstiveram-se os Senhores (as) Vereadores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes e Ana Cristina Marques Silva Simões.-----

9 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO N.º 2 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2012.

--- Foi presente ao Executivo a proposta de alteração n.º 2 às Grandes Opções do Plano de 2012, com reforço das seguintes rubricas:-----

02 – Sociais -----
02 211 2002 11 – Construção Centros Educativos – 2.000,00€ (elaboração do projeto e acompanhamento da obra do muro de vedação do Centro Escolar de Penacova); -----
02 246 2002 29 – Grandes reparações equipamento transporte 2.200,00€ (aquisição de plataforma para o carro do lixo); -----

03 – Económicas -----
03 350 20115051 – Empresas Municipais e Intermunicipais – Transferências – Regra do Equilíbrio 8.239,09€ (transferência para a Penaparque para reequilíbrio financeiro).-----

Para se efetuar uma correção ao compromisso do contrato com a empresa Civifran, para a empreitada de saneamento da povoação da Carvoeira, houve necessidade de reforçar o valor previsto para o ano de 2013, que inicialmente aquando da aprovação das GOP's tinha o montante de 200.000,00€. Como a obra ascende a 288.961,45€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, aos 200.000,00€ já previstos reforçaram 106.299,14€.-----
Para a celebração do contrato da empreitada “R.U.C.H.P. / R.P.E. – Reconversão do Antigo Edifício do Tribunal para Centro Cultural”, segundo o cronograma financeiro e informação técnica, houve necessidade de efetuar uma correção no ano de 2013 a este projeto, dado que segundo a mesma informação a referida obra só terá um mês de execução em 2012. Assim para o ano de 2013 foram transitados 383.919,66€. -----

--- Posta a votação, a proposta de alteração n.º 2 às Grandes Opções do Plano de 2012, foi aprovada por maioria com 3 (três) votos e 2 (duas) abstenções. -----
--- Abstiveram-se os Senhores (as) Vereadores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes e Ana Cristina Marques Silva Simões.-----

10 - PARECER GENÉRICO DESTINADO À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR AJUSTE DIRETO EM REGIME SIMPLIFICADO.

--- A Lei do Orçamento de Estado para 2012, Lei nº 64/B/2011, de 30 de setembro, à frente designada por LOE para 2012, à semelhança da LOE para 2011, consagra no artigo 26º a obrigatoriedade de existência de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, o parecer prévio vinculativo nas Autarquias Locais é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 5 do artigo 26º da LOE para 2012, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria referida no nº 1 do

artigo 6º do D.L. nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, conforme dispõe o nº 8 do artigo 26º da LOE para 2012.-----

--- Cumpre referir que ao nível da Administração Central, foi publicado em Diário da República a Portaria nº 4-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo no que concerne às Autarquias Locais, verifica-se que até à presente data não foi publicada a Portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6º do D.L. nº 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, pelo que quando entrou em vigor a LOE para 2012, foi inicialmente entendido que a exigência de parecer prévio vinculativo era apenas aplicável aos contratos de prestação de serviços de tarefas e aos contratos cujo objeto seja a consultoria técnica. -----

--- Com a publicação do diploma que veio estabelecer as normas de execução do Orçamento de Estado para 2011, D.L. nº 29-A/2011, de 1 de março, verificou-se que este diploma veio contemplar expressamente no nº 2 do artigo 69º aquisição de serviços que não estão sujeitos a redução remuneratória e a parecer prévio. Agora na LOE para 2012 concretamente o nº 6 do artigo 26º, verifica-se também que a mesma contempla expressamente à semelhança do diploma identificado no parágrafo anterior quais são as aquisições que não estão sujeitas a redução remuneratória e a parecer prévio. Assim, face às disposições legais supra mencionadas é atualmente entendido que todas as aquisições de serviços que não estão contempladas no nº 6 do artigo 26º da LOE para 2012 estão sujeitas a parecer prévio, o que traduz que a maioria das aquisições de serviços realizadas para assegurar o normal funcionamento dos serviços estão sujeitas a este requisito legal. Ora, atenta a Portaria aplicável à Administração Central que regulamenta a tramitação do parecer prévio vinculativo, constata-se que existe a concessão de um parecer genérico favorável à celebração de determinadas prestações de serviços, o que promove de certa forma a desburocratização dos procedimentos atinentes a essas prestações de serviços.

Neste contexto e tendo em conta que o Município de Penacova se pauta por critérios de eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública e à semelhança do que sucedeu para a Administração Central com a Portaria 4-A/2011, de 3 de junho, propõe-se que o órgão executivo estabeleça uma autorização genérica para a realização de determinadas aquisições de serviços. Propõe-se concretamente que delibere conceder parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, cujo procedimento seja ajuste direto em regime simplificado. Não cabem nesta autorização, independentemente do valor da adjudicação os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, bem como os contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica. Assim, as aquisições de serviços que se contratem ao abrigo do parecer genérico a conceder têm de obedecer aos seguintes requisitos: -----

--- 1 – Tem de estar em causa a execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. -----

--- 2 – Inexistência de pessoal em situação de modalidade especial apto para o desempenho de funções subjacentes às contratações a efetuar ao abrigo do presente parecer. -----

--- 3 – Verificação do cumprimento da medida de redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 26º da LOE para 2012, caso seja aplicável. -----

--- 4 – A adjudicação dos contratos apenas pode ser realizada após confirmação de cabimento orçamental a efetuar pelos Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial. -----

--- 5 – Será dado conhecimento à Câmara Municipal até ao término do mês seguinte ao trimestre a que dizem respeito a lista de contratos de aquisição celebrados ao abrigo do parecer genérico a conceder, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental. -----

--- 6 – A presente autorização aplica-se a todas as requisições de serviços que se enquadram nas situações anteriores e, que por via de celebração ou renovação, produziram efeitos desde 1 de janeiro de 2012. -----

--- Considerado todo o exposto e principalmente o facto de se pretender tornar mais eficazes e eficientes os procedimentos de aquisição de serviços, submete-se à Câmara Municipal que emita um parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, que não consubstanciem contratos de tarefa e avença nem de consultoria externa, cujo procedimento seja por ajuste direto em regime simplificado. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, emitir parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, que não consubstanciem contratos de tarefa e avença nem de consultoria externa, cujo procedimento seja por ajuste direto em regime simplificado, tal como consta da informação transcrita. -----

11 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA PAGAMENTO DE PRÉMIO DO II CONCURSO DECORAÇÃO EXTERIOR DE NATAL 2011.

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 75,00€ Euros (setenta e cinco euros), para Ana Bela Ferreira dos Santos, relativo ao 2.º Prémio – Freguesia de Travanca do Mondego do II Concurso Decoração Exterior Natal 2011. -----

12 - APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE PENACOVA RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS.

--- Este ponto não foi discutido. -----

13 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVO A PARECER PRÉVIO PARA AQUISIÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA, PROJETO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS, PROJETO DE REDE PREDIAL DE ESGOTOS, PROJETO DE REDE DE UTILIZAÇÃO DE GÁS NATURAL, PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, PROJETO DE AVAC E PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR, DA OBRA "CONSTRUÇÃO CENTROS EDUCATIVOS (EB1) LORVÃO.

--- Nos termos previstos no nº 4 e nº 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços. -----

--- Para que seja garantido a realização deste projeto de alteração (compatibilização com o novo layout da cozinha do Centro Educativo de Lorvão), entende a Câmara Municipal que

haverá necessidade de assegurar a contratação da aquisição de serviços para a elaboração deste projeto, devido à especificidade dos trabalhos.-----

*--- O valor de contrato é de **2.250,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, cuja verba estimada encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº 3455/2012, e em que a prestação do serviço deve ser efetuada num prazo máximo de 15 dias.-----*

--- Nos termos previstos no artigo 18º do CCP de regime geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites do valor do contrato propõe-se, que seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.-----

*--- Submete-se ao órgão executivo o presente pedido de parecer prévio favorável para que seja ratificado o despacho do senhor Presidente da Câmara, para adjudicação dos serviços de projeto de arquitetura supra referidos, por ajuste direto à empresa **“Carlos Santos Arquitectura e Urbanismo, Lda.”** pelos fatores expostos na presente informação e por se encontrarem reunidas as condições legais aplicáveis.-----*

--- Mais se declara que não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa por em causa a transparência do processo, designadamente que não existe relação ou participação, nestes serviços para o qual se propõe a celebração do contrato, de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau de linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.-----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.-----

14 - INFORMAÇÕES DOS CARTÓRIOS NOTARIAIS - RELAÇÃO DOS ATOS EFETUADOS NOS TERMOS DO N.º 5º DO ARTIGO 55º DO CIMT.

--- Presente ao Executivo a listagem dos atos efetuados pelos Cartórios Notariais, nos termos do n.º 5 do art.º 55º do CIMT do mês de Maio de 2012.-----

--- O Executivo tomou conhecimento.-----

15 – ANÁLISE DOS PEDIDOS PARA AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO DO SOLO – DECRETO-LEI N.º 139/89, DE 28 DE ABRIL.

--- 1 – António Simões, residente na Rua Barreiro, no lugar de Gondelim, freguesia e concelho de Penacova, requer autorização para proceder à lavoura continua, num prédio rústico com o artigo matricial nº 4586, numa área de 5000 m2, na propriedade denominada por Javaz, no lugar de Gondelim freguesia e concelho de Penacova.-----

--- Em função do parecer do Gabinete Técnico Florestal deste Município, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deferiu o pedido, devendo ser dado cumprimento a todas as outras exigências constantes na legislação vigente.-----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar a concessão da licença requerida. -----

16 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PENACOVA, PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

--- A fim de dar início ao procedimento de contratação pública para prestação de serviço de refeições escolares para os estabelecimentos de educação pré-escolar de Penacova e do Seixo e para as Escolas do 1º ciclo do ensino básico de Penacova e do Seixo, para o ano letivo 2012/2013 e visto que o valor estimado para a despesa é de 65 000€, submetem-se à apreciação as respetivas peças do procedimento em anexo – programa de procedimento e caderno de encargos -, nos termos do previsto nos artigos 40º, nº 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos. -----

--- Face ao exposto, a fim de dar início a este procedimento, deverá este assunto ser presente à próxima Reunião do Executivo. -----

Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade:-----

- Autorizar a abertura de procedimento através de concurso público; -----
- Autorizar a realização da despesa, bem como a decisão de contratar; -----
- Aprovar as peças do procedimento nos termos do previsto nos artigos 40º, nº 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos; -----
- Aprovar a constituição do Júri, conforme se indica:-----
- Presidente – Catarina Isabel Cavalheiro da Silva Guedes -----
- Vogal Efectivo - Patricia Sampaio Nunes Teixeira -----
- Vogal Efectivo – Cristina da Conceição Miranda Ventura -----

--- Vogal Suplente – Maria Zulmira Rodrigues Antunes -----

--- Vogal Suplente – Liliana Margarida Rodrigues Lopes-----

--- Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal, para emissão de parecer. -----

17 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO (SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO), A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O associativismo apresenta, no Município de Penacova, uma expressão relevante contribuindo, de forma inequívoca, para a sociabilização, construção da identidade e afirmação da cidadania. Com efeito, as associações afirmam-se como polos de desenvolvimento e enriquecimento das comunidades locais, pelo que o Município de Penacova tem, ao longo dos anos, apoiado as iniciativas de interesse público municipal, nomeadamente as de natureza social, cultural e recreativa, traduzindo-se o apoio prestado

na concessão de auxílios financeiros, técnicos e logísticos às associações, instituições e demais agentes da comunidade. -----

As transformações decorrentes do carácter dinâmico da sociedade atual colocam, no entanto, novos desafios ao associativismo, obrigando à renovação e organização da estrutura associativa. Considerando este quadro, apresentamos o Regulamento de Apoio ao Associativismo que tem como objetivo disciplinar a atribuição de apoios aos diversos intervenientes no desenvolvimento cultural e recreativo do município, garantindo, desta forma, maior eficácia, rigor e transparência na atribuição de um apoio equitativo às diferentes Associações/Instituições. Prosseguindo este objetivo, o Município de Penacova através da DASCDE – Divisão de Ação Social, Cultura, Desporto e Educação facultará informação e aconselhamento necessários aos dirigentes das associações, coletividades e instituições, bem como promoverá sinergias junto do tecido associativo. -----

O Município de Penacova procura, deste modo, assumir um papel dinamizador e facilitador junto das Associações/Instituições, apoiando-as e com elas colaborando, valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados, com o objetivo de contribuir para a construção de um tecido associativo mais sólido baseado no equilíbrio entre as atividades e os princípios de gestão atuais, procurando uma maior rentabilização dos recursos disponíveis. -----

Afirmando valores de transparência, rigor e imparcialidade na disponibilização dos recursos públicos, pretende-se valorizar as potencialidades de cada instituição, aprofundar a relação entre o Município e as Associações/Instituições, contribuindo decisivamente para a melhoria dos estilos de vida das populações, através do acesso a manifestações de carácter social, cultural ou recreativo. -----

No conjunto, constitui objetivo do Município de Penacova que o Regulamento de Apoio ao Associativismo possibilite: -----

- a) A distinção entre programas de apoio a atividades de carácter regular e programas de apoio a atividades de carácter pontual; -----
- b) A definição dos critérios de avaliação e decisão das candidaturas aos apoios a conceder pelo Município; -----
- c) A avaliação anual da aplicação dos apoios concedidos; -----
- d) O enquadramento dos apoios municipais às Associações/Instituições através do estabelecimento de protocolos de cooperação, de forma a assegurar que os apoios financeiros e outros a conceder dinamizem efetiva e permanentemente a vida cultural, social e recreativa das populações; -----
- e) A progressiva autonomia das Associações/Instituições, nomeadamente, através do envolvimento da população local na vida das mesmas; -----
- f) A sensibilização para a consolidação da prática associativa; -----
- g) A generalização do acesso à prática associativa, estimulando as associações, coletividades e instituições de carácter cultural e recreativo para a cultura local, num espírito de cidadania participada. -----

Assim, nos termos dos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa e do disposto nos artigos 53º, nº 2, alínea c), e 64º, n.º 4, alíneas a) e b), da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Penacova aprova, sob proposta da Câmara Municipal, após audiência dos interessados, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo: -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1º

Lei habilitante

O presente Regulamento tem como legislação habilitante os artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa e o disposto nos artigos 53º, n.º 2, alínea c), e 64º, n.º 4, alíneas a) e b), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

Artigo 2º

Objeto

O presente Regulamento define os programas, as condições e os critérios de apoios a prestar às Associações/Instituições legalmente existentes, assim como às iniciativas de interesse público municipal, nomeadamente as de natureza social, cultural e recreativas desenvolvidas no Município de Penacova. -----

Artigo 3º

Registo Municipal de Associações

1 – As Associações/Instituições que pretendam beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento têm que estar obrigatoriamente inscritas no Registo Municipal de Associações de Penacova (RMAP). -----

2 – O pedido de inscrição no RMAP deve ser apresentado junto da Divisão de Ação Social, Cultura, Desporto e Educação (DASCDE) – Serviços de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus da Câmara Municipal de Penacova, instruído com os seguintes documentos: -----

- a) Ficha de inscrição de modelo tipo; -----
- b) Cópia do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC); -----
- c) Cópia dos estatutos da Associação/Instituição publicados em Diário da República; -----
- d) Cópia do Regulamento Interno, quando previsto nos estatutos; -----
- e) Cópia de publicação em Diário da República do Estatuto de Utilidade Pública, caso exista; -----
- f) Cópias da Ata de Eleição dos Corpos Sociais e da Ata de Tomada de Posse; -----
- g) Cópias do Plano de Atividades e do Orçamento, bem como das Atas das respetivas aprovações em Assembleia Geral; os quais devem ser aprovados e apresentados até 31 de Dezembro; -----
- h) Cópia do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas do ano anterior, bem como das Atas das respetivas aprovações em Assembleia Geral; -----
- i) Declaração assinada pelo Presidente da Assembleia Geral, onde conste o número total de associados; -----
- j) Documentos comprovativos da situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças. -----

3 – É dispensada a entrega dos documentos referidos no número anterior que se encontrem disponíveis nas páginas web das Associações. -----

Artigo 4º

Atualização do registo

1 – Até 30 de junho de cada ano as Associações/Instituições deverão atualizar o seu registo, mediante a apresentação dos documentos referidos nas alíneas h), i) e j), do n.º 2 do artigo 3º do presente Regulamento. -----

2 – Sempre que ocorram alterações aos factos titulados pelos documentos referidos no n.º 2 do artigo 3º, a Associação/Instituição deverá informar a Câmara Municipal até ao final do mês seguinte à sua ocorrência.-----

Artigo 5º

Condições de candidatura

Podem candidatar-se aos apoios previstos no presente Regulamento as Associações/Instituições que promovam atividades culturais, sociais e recreativas ou outras

de relevante interesse público municipal e que preencham cumulativamente os seguintes requisitos: -----

- a) Se encontrem legalmente constituídas e registadas; -----
- b) Tenham órgãos sociais legalmente constituídos e em efetividade de funções; -----
- c) Possuam sede no Município de Penacova; -----
- d) Possuam inscrição atualizada no Registo Municipal de Associações; -----
- e) Desenvolvam com atividade regular atividades na área do Município de Penacova. -----

Capítulo II **Programas de apoio**

Seção I **Disposições gerais**

Artigo 6º **Programas de apoio**

Os Programas de Apoio a prestar pela Câmara Municipal de Penacova assumirão as seguintes modalidades:-----

- a) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo;-----
- b) Programa de Apoio à Beneficiação e Manutenção de Infraestruturas; -----
- c) Programa de Apoio a Equipamentos e Modernização Associativa; -----
- d) Programa de Apoio a Atividades de Carater Pontual. -----

Artigo 7º **Suspensão, exclusão ou cessação de apoios**

1 – A existência de irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos estabelecidos ou acordados, implicará a imediata suspensão do processamento implicando a exclusão da Associação/Instituição nas candidaturas à concessão de quaisquer dos apoios previstos no presente Regulamento no ano civil imediatamente seguinte. -----

2 – As situações previstas no número anterior, bem como as falsas declarações e a inobservância das restantes disposições do presente Regulamento, reservam ainda à Câmara Municipal de Penacova o direito de exigir a restituição das verbas despendidas e adotar os procedimentos legais julgados adequados. -----

Seção II **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo**

Artigo 8º **Objeto e âmbito**

1 – O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo tem como finalidade a atribuição de apoios às atividades desenvolvidas com carater permanente e continuado a realizar durante o ano relativamente ao qual é atribuído. -----

2 – Os apoios e participações a conceder às Associações/Instituições, poderão revestir a seguinte natureza: -----

- a) Apoio financeiro à manutenção e desenvolvimento das atividades culturais, sociais e recreativas ou outras de relevante interesse municipal; -----
- b) Apoio na divulgação e publicidade das atividades a desenvolver, nomeadamente na conceção gráfica de material promocional das mesmas;-----
- c) Cedência de transporte, nos termos dos critérios definidos; -----
- d) Cedência de instalações, nos termos dos critérios definidos; -----
- e) Cedência de equipamentos, nos termos dos critérios definidos. -----

Artigo 9º

Associativismo com atividade regular na área da música e artes teatrais

1 - Dadas as especificidades e níveis de desenvolvimento diferenciado que as Associações do Concelho de Penacova levam a efeito no domínio da Música, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo estabelece quatro níveis de apoio. -----

a) Os apoios a conceder às Filarmónicas são os seguintes: -----

Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento	€ 1.500,00
Comparticipação Anual para Reparação e/ou aquisição de instrumentos	<u>60% do valor total da(s) fatura(s)</u> <u>até ao máximo de € 1.800,00 /</u> <u>ano</u>
Comparticipação Anual para Aquisição de Fardamento	50% do valor total da(s) fatura(s) até ao máximo de € 1.500,00 / ano
Comparticipação Anual para o Funcionamento da Escola de Música	€ 60,00 / aluno até ao limite máximo de € 4.200,00 / ano

b) Os apoios a conceder aos Grupos Corais são os seguintes:

Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento	€ 1.000,00
Apoio à organização de um Encontro de Coros com a participação de, no mínimo, três Corais convidados	€ 1.000,00

c) O apoio a conceder aos Grupos Corais Infantis são os seguintes:

Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento	€ 750,00
---	----------

d) Os apoios a conceder às Associações com atividade na área das Artes Teatrais são os seguintes:

Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento	€ 750,00
Comparticipação Anual para apoio à realização de espetáculos (no mínimo 3 na área do concelho)	€ 150,00

2 – Para candidatar-se aos apoios referidos, as Associações/Instituições deverão fazer prova de: -----

a) Número de Alunos inscritos nas respetivas Escolas de Música e apresentação dos resultados obtidos no final dos meses de dezembro e julho;-----

b) Realização de Encontro de Coros com a participação de, no mínimo, três Grupos Corais convidados;-----

c) Realização de, no mínimo, dois espetáculos teatrais na área geográfica do Concelho de Penacova.-----

Artigo 10º

Associativismo com atividade regular na área do folclore e etnografia

1 – Salientando o relevante desempenho das Associações/Instituições na salvaguarda das tradições culturais e etnográficas, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo estabelece três níveis de apoio. -----

a) Os apoios a conceder aos grupos folclóricos federados são os seguintes: -----

Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento	€ 250,00
---	----------

FESTIVAIS FOLCLORE <i>Apoio Anual à realização de um Festival</i>	
<i>Festival Regional</i>	€ 250,00
<i>Festival Nacional</i>	€ 750,00
<i>Festival Internacional</i>	€ 1.000,00

b) Os apoios a conceder aos grupos folclóricos não federados são os seguintes:

<i>Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento</i>	€ 250,00
FESTIVAIS FOLCLORE <i>Apoio Anual à realização de um Festival</i>	
<i>Festival Regional</i>	€ 187,50
<i>Festival Nacional</i>	€ 562,50
<i>Festival Internacional</i>	€ 750,00
<i>Apoio à inscrição dos Grupos na Federação Portuguesa de Folclore</i>	20% do valor total da inscrição

c) O apoio a conceder aos Grupos de Música Popular é o seguinte:

<i>Comparticipação Anual para apoio ao funcionamento</i>	€ 750,00
--	----------

2 – Para candidatar-se aos apoios referidos, as Associações/Instituições deverão fazer prova de:-----

a) Realização de Festival de Folclore e respetiva tipologia; -----

b) Inscrição na Federação Portuguesa de Folclore. -----

Seção III

Programa de Apoio à Beneficiação e Manutenção de Infraestruturas

Artigo 11º

Objeto e âmbito

1 - O Programa de Apoio à Beneficiação e Manutenção de Infraestruturas destina-se à construção, conservação, reabilitação ou remodelação de instalações. -----

2 – Enquadram-se neste âmbito a concessão de: -----

a) Apoio na elaboração do projeto; -----

b) Apoio financeiro no custeamento de obras de conservação, reabilitação, remodelação de instalações existentes ou construção de novas instalações; -----

c) Comparticipação financeira para a aquisição de terrenos e de outras infraestruturas. -----

Artigo 12º

Comparticipação financeira

No âmbito do apoio às Associações/Instituições, com vista a um melhor desempenho das mesmas junto dos seus associados, o financiamento de projetos promovidos será atribuído nos seguintes termos:-----

a) O apoio será calculado numa base percentual até 30%;-----

b) Este apoio poderá ser majorado em mais 10% em projetos de relevante interesse para o Município;-----

c) A base da aplicação do apoio será sempre efetuada sobre o valor da proposta mais baixa;

d) Só poderá ser concedido apoio superior a 30% nos investimentos dos quais exista processo de licenciamento ou autorização decorridos nos Serviços da Autarquia;-----

e) A comparticipação do Município de Penacova somado a outros apoios públicos não poderá ultrapassar os 90%. Exceções a este limite serão analisadas casuisticamente pelo Executivo Municipal;-----

f) O valor referido na alínea c) será aferido pelos valores constantes no concurso público ou, no caso deste ser inexistente, na apresentação de três orçamentos distintos, dos quais, sempre que possível, dois deverão ser de empresas sedeadas no Concelho de Penacova. --

Artigo 13º

Exclusão e cessação do apoio

Sem prejuízo no disposto no artigo 7.º, o apoio prestado no âmbito do presente Programa será, igualmente, excluído ou cessará, caso se verifique qualquer uma das seguintes situações: -----

- a) Ausência de controlo prévio municipal das operações urbanísticas em causa (licenciamento, comunicação prévia ou autorização), sem prejuízo das situações em que os respetivos projetos são elaborados pelos serviços técnicos do Município; -----
- b) Execução de alterações aos projetos de arquitetura ou de especialidades aprovados, não sujeita a controlo prévio municipal (licenciamento ou comunicação prévia). -----

Seção IV

Programa de Apoio a Equipamentos e Modernização Associativa

Artigo 14º

Objeto e âmbito

1 – Este Programa tem por fim possibilitar às Associações/Instituições apoio para a aquisição de material e equipamento indispensável ao seu funcionamento, bem como à sua modernização. -----

2 – Enquadram-se neste âmbito, nomeadamente:-----

- a) Aquisição de palcos: 50% do valor total da(s) fatura(s) até ao valor máximo de € 1.000,00;
- b) Aquisição de equipamentos: comparticipação anual no valor de 50% do valor total da(s) fatura(s), até ao valor máximo de € 250,00. -----

Seção V

Programa de Apoio a Atividades de Carater Pontual

Artigo 15º

Objeto e âmbito

1 – O Programa de Apoio a Atividades de Carater Pontual consiste no apoio financeiro à organização pelas Associações/Instituições de atividades pontuais de cariz musical, teatral, folclórico, etnográfico e ambiental. -----

2 – As Associações/Instituições podem candidatar, anualmente, a este Programa de Apoio, um evento. -----

3 – A candidatura deve ser fundamentada com a especificação dos objetivos que se pretendam alcançar, as ações a desenvolver, o número de participantes previstos, meios humanos, materiais e financeiros envolvidos, assim como a respetiva calendarização e orçamento. -----

4 – A aprovação das candidaturas terá subjacentes as prioridades definidas para o ano em vigor, sendo que as candidaturas aprovadas serão objeto de apoio financeiro até ao valor de € 350,00. -----

Seção VI

Deslocações no âmbito do intercâmbio cultural

Artigo 16º

Objeto e âmbito

1 – Com o objetivo de colaborar com as Associações/Instituições no âmbito do intercâmbio cultural, o Município de Penacova estabeleceu os seguintes critérios para apoio a deslocações: -----

a) A cedência de transportes às Associações/Instituições será efetuada com base no “Regulamento Municipal para utilização e cedência de veículos automóveis de transporte coletivo de passageiros da Câmara Municipal de Penacova” em vigor; -----

b) Nos eventos organizados pelo Município de Penacova ou realizados no âmbito de Protocolos estabelecidos com a Direção Regional da Cultura do Centro, a responsabilidade pelo transporte será do Município; -----

c) Não existindo disponibilidade de cedência de viaturas, nas deslocações em Portugal Continental, o Município prestará apoio financeiro de 80% do valor total da(s) fatura(s) até ao máximo de € 1.000,00/ano; -----

d) O Município prestará apoio financeiro anual a uma deslocação às Regiões Autónomas da Madeira e/ou Açores e/ou ao Estrangeiro, no montante de 50% do valor total da(s) fatura(s) até ao máximo de € 1.000,00. -----

Capítulo III Candidaturas

Artigo 17º Objeto e âmbito

1 – Com exceção das candidaturas ao Programa de Apoio a Atividades de Carater Pontual, que podem ser efetuadas com a antecedência mínima de 30 dias seguidos relativamente à data prevista para a realização do projeto ou ação, as candidaturas aos demais programas do presente Regulamento devem ser entregues até 30 de junho de cada ano. -----

2 – As candidaturas ao programa de apoio a atividades de carater pontual podem ser efetuadas a título excecional com antecedência inferior a 30 dias seguidos, relativamente à data prevista para a realização do projeto ou ação, desde que essa extemporaneidade seja devidamente justificada. -----

3 – As candidaturas devem ser formalizadas junto da DASCDE – Serviços de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus, instruídas com os seguintes documentos: -----

a) Calendarização e descrição das ações a desenvolver ao abrigo do(s) apoio(s) solicitado(s); -----

b) Previsão de custos e necessidades de financiamento, acompanhada dos respetivos orçamentos detalhados por ação; -----

c) Indicação de eventuais pedidos de financiamento solicitados ou a solicitar a outras entidades públicas ou privadas, bem como o tipo de apoio recebido ou que se preveja receber; -----

d) Planta de localização e elementos necessários à apreciação do pedido no âmbito do Programa de Apoio a Infraestruturas. -----

4 – A Câmara Municipal pode, sempre que o entender, solicitar às entidades requerentes os elementos e, ou, esclarecimentos que considere pertinentes para a apreciação do pedido. ---

Artigo 18º

Entrega das candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente ou expedidas por correio registado, com aviso de receção, para a Câmara Municipal de Penacova, Largo Alberto Leitão, n.º 5, 3360 – 341 Penacova, nos prazos previstos no presente Regulamento. -----

Capítulo IV Avaliação das candidaturas e decisão

Artigo 19º

Critérios de ponderação

1 – A definição dos apoios a atribuir no âmbito do presente Regulamento tem em conta, nomeadamente, os seguintes critérios gerais de ponderação: -----

- a) Número de Associados;-----
- b) Frequência e número de ações desenvolvidas;-----
- c) Historial associativo e respetiva contribuição para o desenvolvimento do espírito associativo da comunidade; -----
- d) Património da Associação/Instituição; -----
- e) Capacidade de estabelecer parcerias e de cooperar com o Município e outras associações, coletividades, instituições e agentes da comunidade;-----
- f) Análise do relatório de atividades do ano anterior, assim como do plano de atividades e orçamento para o ano a que a candidatura reporta aprovados em Assembleia Geral. -----

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a definição de apoios a atribuir a entidades de natureza cultural encerra critérios específicos de ponderação, nomeadamente a realização de: -----

- a) Ações que contribuam para a proteção, valorização e divulgação do património cultural e natural do Município de Penacova; -----
- b) Ações de incentivo à formação e criação artística; -----
- c) Ações de apoio à criação de novos públicos. -----
- d) numero de pessoas envolvidas;-----

Artigo 20º

Análise das candidaturas

1 – A DASCDE – Serviços de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus aprecia e elabora uma primeira proposta de decisão, no prazo de 10 dias úteis, contados da apresentação das candidaturas ao Programa de Apoio a Atividades de Carater Pontual, e de 30 dias úteis, contados nos mesmos termos, para as restantes candidaturas. -----

2 – Com base na proposta de decisão referida no número anterior, o(a) Vereador(a) com competências delegadas na área do Associativismo elabora uma proposta de apoio a submeter à Câmara Municipal. -----

3 – Aprovado o apoio, a sua atribuição será formalizada através da assinatura de um Contrato-Programa, sempre que o seu montante ultrapasse o valor estabelecido na lei como limite geral da competência dos órgãos dirigentes de serviços dotados de autonomia administrativa e financeira para a realização de obras e aquisição de bens e serviços. -----

4 – Fora dos casos previstos no número anterior, o apoio é atribuído nos termos aprovados em reunião de Câmara Municipal, podendo esta optar pela celebração de um protocolo de cooperação anual ou pontual. -----

Capítulo V

Obrigações

Artigo 21º

Publicidade das ações

Quando publicitadas ou divulgadas, as ações abrangidas por qualquer dos programas de apoio previstos no presente Regulamento devem obrigatoriamente incluir a menção: “Com o apoio do Município de Penacova”, acompanhada do respetivo logotipo. -----

Artigo 22º

Cooperação institucional

As Associações/Instituições apoiadas por qualquer dos programas de apoio previstos no presente Regulamento colaborarão com a Câmara Municipal de Penacova, quando se

enquadrem neste âmbito, participando, gratuitamente, em dois eventos/ano na área geográfica do Concelho.-----

Capítulo VI
Disposições finais e transitórias

Artigo 23º

Apoio financeiro

O apoio financeiro atribuído às diversas candidaturas apresentadas fica condicionado à dotação orçamental anualmente inscrita para o efeito no Plano de Atividades e Orçamento do Município de Penacova.-----

Artigo 24º

Solicitação de documentação

A Câmara Municipal pode, a todo o tempo, solicitar a apresentação de outra documentação que considere necessária para uma correta avaliação dos pedidos e fiscalização do apoio concedido.-----

Artigo 25º

Regime transitório

As formas de apoio e respetivas regras de concessão constantes do presente Regulamento são aplicáveis, com as necessárias adaptações, a todos os pedidos de apoio que tenham sido requeridos à Câmara Municipal e não tenham sido objeto de decisão, à data da entrada em vigor do mesmo.-----

Artigo 26º

Omissões ou dúvidas de interpretação

Quaisquer dúvidas ou omissões suscitadas na aplicação do presente Regulamento são resolvidas, de acordo com a legislação em vigor, pela Câmara Municipal.

Artigo 27º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Municipal.-----

Aprovado pela Câmara Municipal, na reunião ordinária de 15/06/2012.-----

Aprovado pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária de dd/mm/2012.-----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.-----

--- Mais de deliberou submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.-----

18 - CESSAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHOS DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA DE SALUBRIDADE PÚBLICA).

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Considerando que:-----

1. O diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2012 – Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – determinou, no seu artigo 48.º, a redução do número de trabalhadores nas autarquias locais, a efetivar até 30 de setembro de 2012;-----

2. No Município de Penacova, essa redução terá de ser, no mínimo, de 3 % – quatro trabalhadores –, visto que no período que engloba os anos de 2009, 2010 e 2011, aumentou o seu número relativamente aos existentes no final de 2008;-----

3. Em consequência, embora tal não decorra diretamente das disposições legislativas, a eventual entrada de trabalhadores para os serviços municipais, em 2012, terá de ser compensada por igual número de saídas; -----

4. O recrutamento excecional de dois assistentes operacionais (área de salubridade pública) – iniciado com a publicação de aviso de abertura de um procedimento concursal, sob o n.º 20799/2011 (Ref.ª E), no Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 19 de outubro de 2011 –, apesar do seu evidente interesse público, poderá pôr em risco o cumprimento daquela redução, bem como as prioridades de recrutamento de pessoal entretanto surgidas;-----

5. O procedimento concursal em questão não se encontra, ainda, na fase de elaboração da lista de ordenação final; -----

Proponho que seja aprovada a cessação do procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho de assistente operacional (área de salubridade pública) referido em 4, ao abrigo da 1.ª parte do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, com fundamento na necessidade de dar cumprimento integral ao disposto no artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta apresentada. -----

19 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO TÉCNICA RELATIVA À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL - REVISÃO DE PREÇOS.

--- Analisada e discutida, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços Técnicos e aprovar a revisão de preços no total de 38.038,41€ (trinta e oito mil trinta e oito euros e quarenta e um cêntimos), sendo deduzido o valor de 37.828,91€, já faturado pelo empreiteiro, devendo ser pago o montante de 209,50€ (duzentos e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

20 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO TÉCNICA RELATIVA À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO / EEA EIRINHA - REVISÃO DE PREÇOS.

--- Analisada e discutida, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços Técnicos e aprovar a revisão de preços no total de -549,71€ (quinhentos e quarenta e nove euros e setenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

21 - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 5 DA OBRA "CONSTRUÇÃO CENTROS EDUCATIVOS - (EB1) LORVÃO".

--- Presente ao Executivo o Auto de Medição n.º 5 da obra em epígrafe, no valor de 60.469,39 Euros (sessenta mil quatrocentos e sessenta e nove euros e trinta e nove cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

--- O Executivo, tendo em conta o parecer dos Serviços Técnicos, deliberou por unanimidade, aprovar o auto de medição referido, bem como autorizar o seu pagamento. ----

22 - LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:

ARQUITETURA

--- O Senhor Presidente da Câmara, Humberto José Baptista Oliveira, deu conhecimento de que deferiu, no exercício das competências nele delegadas pelo Executivo em 05/11/2009, os seguintes processos de obras (PO):-----

--- **PO n.º 01-62/2010**, de Jan Wilfred Helle, residente em Paradela da Cortiça, solicitando aprovação do projeto de arquitetura para legalização de alteração de moradia em Paradela da Cortiça.-----

--- Deferida a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedido o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade.-----

--- **PO n.º 01-129/2011**, de Manuel Martins Gomes Alves, residente em Vale das Éguas, solicitando aprovação do projeto de arquitetura para alteração / ampliação de moradia em vale das Éguas.-----

--- Deferida a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedido o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade.-----

--- **PO n.º 01-14/2012**, de Paulo Ricardo da Costa Trindade, residente em Telhado, solicitando aprovação do projeto de arquitetura para construção de telheiro em Telhado. ----

--- Deferida a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedido o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade.-----

--- **PO n.º 01-43/2012**, de Daniel José Domingues Gaudêncio, residente em Lorvão, solicitando aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia em Lorvão. ----

--- Deferida a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedido o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade.-----

--- **PO n.º 01-26/2012**, de Brian George Lucas, residente em Travanca do Mondego, solicitando aprovação do projeto de arquitetura para legalização de alteração de moradia em Travanca do Mondego. -----
--- Deferida a pretensão de acordo com os pareceres técnicos anexos ao processo e concedido o prazo de 180 dias para a entrega dos processos da especialidade.-----

LICENCIAMENTO

--- O Senhor Presidente da Câmara, Humberto José Baptista Oliveira, deu conhecimento de que deferiu, no exercício das competências nele delegadas pelo Executivo em 05/11/2009, os seguintes processos de obras (PO):-----

--- **PO n.º 01-51/2011** de Cláudia Margarida Alves Oliveira Santo, residente em Gondelim, solicitando aprovação do licenciamento para alterações durante a execução da obra em Gondelim. -----
--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. -----
--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-73/2011** de João Carlos Rosa Marques, residente em Agrelo, solicitando aprovação do licenciamento para construção de moradia e muro de vedação em Agrelo, tendo requerido para a realização dos trabalhos 24 meses. -----
--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 24 meses para a execução da obra. -----
--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-101/2011** de Adelino Agostinho Rodrigues, residente em Monte Redondo, solicitando aprovação do licenciamento para legalização de alteração / ampliação de moradia em Monte Redondo. -----
--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. -----
--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-129/2011** de Manuel Martins Gomes Alves, residente em Vale das Éguas, solicitando aprovação do licenciamento para demolição, tendo requerido para a realização dos trabalhos 1 mês. -----
--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 1 mês para a execução da obra.-----

--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-14/2012** de Paulo Ricardo da Costa Trindade, residente em Telhado, solicitando aprovação do licenciamento para construção de telheiro em Telhado, tendo requerido para a realização dos trabalhos 6 meses. -----

--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 6 meses para a execução da obra. -----

--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-15/2012** de António Silva dos Santos, residente em São Mamede, solicitando aprovação do licenciamento para construção de muro de vedação em São Mamede, tendo requerido para a realização dos trabalhos 8 dias. -----

--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 8 dias para a execução da obra. -----

--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-26/2012** de Brian George Lucas, residente em Travanca do Mondego, solicitando aprovação do licenciamento para legalização de alteração de moradia em Travanca do Mondego. -----

--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. -----

--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

--- **PO n.º 01-14/2011** de Vitor Manuel Rodrigues, residente em Alagôa, solicitando aprovação do licenciamento para legalização de alteração de moradia em Lagoa. -----

--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos. -----

Nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou, por unanimidade, reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre o assunto, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:

1 – Relatório Final da Empreitada “Pavimentações na Freguesia de Carvalho – Carvalho / Rotunda do Seixo” – Adjudicação. -----

--- Analisado e discutido e tendo em conta o Relatório Final desenvolvido pelo Júri do Concurso, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com o mesmo e em consequência adjudicar a obra ao concorrente Cidadepontual, pela quantia de 292.227,61 € (duzentos e noventa e dois mil, duzentos e vinte e sete euros e sessenta e um cêntimos), à qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.-----

2 – APROVAÇÃO DE PROTOCOLOS COM AS FREGUESIAS:

2.1 – Freguesia de Penacova, referente a serviço de máquinas prestados em diversas localidades da freguesia. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 3.436,62 (três mil quatrocentos e trinta e seis euros e sessenta e dois cêntimos), correspondente a 80% do valor da despesa referente a serviço de máquinas prestados em diversas localidades da freguesia. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.---

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.2 – Freguesia de Penacova para execução de valetas na estrada Penedo de Castro / Cemitério e junto ao campo do Mocidade Futebol Clube.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 13.926,38 (treze mil novecentos e vinte seis euros e trinta e oito cêntimos), para execução de valetas na estrada Penedo de Castro / Cemitério e junto ao campo do Mocidade Futebol Clube-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.---

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.3 – Freguesia de Penacova para execução de valetas na localidade de Boas Eiras. ---

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 1.297,96 (mil duzentos e noventa e sete euros e noventa e seis cêntimos), para execução de valetas na localidade de Boas Eiras. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.---

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.4 – Freguesia de Penacova para recuperação dos fontenários de Vale Gonçalo, Besteiro, Boas Eiras e Gondelim e lavadouro de Vale Gonçalo.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 2.854,68 (dois mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos), para recuperação dos fontenários de Vale Gonçalo, Besteiro, Boas Eiras e Gondelim e lavadouro de Vale Gonçalo. -----
--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.5 – Freguesia de Lorvão, para execução de passeios em Lorvão.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Lorvão, para a transferência do montante de € 5.863,98 (cinco mil oitocentos e sessenta e três euros e noventa e oito cêntimos), para execução de passeios em Lorvão.-----
--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.6 – Freguesia de Sazes de Lorvão, para obras de construção de valeta na Estrada da Caleira em Sazes.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Sazes de Lorvão, para a transferência do montante de € 2.980,33 (dois mil novecentos e oitenta euros e trinta e três cêntimos), para obras de construção de valeta na Estrada da Caleira em Sazes.-----
--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.7 – Freguesia de Friúmes para obras de reparação na Variante de Miro.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Friúmes, para a transferência do montante de € 4.291,60 (quatro mil duzentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos), para obras de reparação na Variante de Miro.-----
--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.8 – Freguesia de Friúmes para obras no Cemitério de Friúmes (1ª fase).-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Friúmes, para a transferência do montante de € 2.216,13 (dois mil duzentos e dezasseis euros e treze cêntimos), para obras no Cemitério de Friúmes (1ª fase).-----
--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.9 – Freguesia de Carvalho para construção de valeta na povoação dos Carvalhais.---

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Carvalho, para a transferência do montante de € 2.628,80 (dois mil seiscientos e vinte e oito euros e oitenta centimos), correspondente a 80% do valor de construção de valeta na povoação dos Carvalhais. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.10 – Freguesia de Carvalho para construção de valetas na povoação de Vale da Formiga. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Carvalho, para a transferência do montante de € 373,50 (trezentos e setenta e três euros e cinquenta centimos), para construção de valetas na povoação de Vale da Formiga. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.11 – Freguesia de Carvalho para construção de valetas na rua da Cova do Coelho, em Vale de Ana Justa. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Carvalho, para a transferência do montante de € 817,20 (oitocentos e dezassete euros e vinte centimos), para construção de valetas na rua da Cova do Coelho, em Vale de Ana Justa. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.12 – Freguesia de Carvalho para reparação da Escola do Seixo. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Carvalho, para a transferência do montante de € 912,66 (novecentos e doze euros e sessenta e seis centimos), para reparação da Escola do Seixo. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.13 – Freguesia de Figueira de Lorvão, para execução e pavimentação de passeios – Figueira de Lorvão / Granja (1ª fase). -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de € 5.585,47 (cinco mil quinhentos e oitenta e cinco euros e quarenta e sete centavos), para execução e pavimentação de passeios – Figueira de Lorvão / Granja (1ª fase). -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.14 – Freguesia de Figueira de Lorvão para recuperação eletrificação do Monumento Alto da Serra de Gavinhos.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de € 6.430,93 (seis mil quatrocentos e trinta euros e noventa e três centavos), correspondente a 80% da obra de recuperação eletrificação do Monumento Alto da Serra de Gavinhos.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.15 – Freguesia de Figueira de Lorvão para obras de alargamento da rua 5 de Outubro, em Sernelha.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de € 7.599,90 (sete mil quinhentos e noventa e nove euros e noventa centavos), correspondente a 80% do valor das obras de alargamento da rua 5 de Outubro, em Sernelha.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.16 – Freguesia de Figueira de Lorvão para obras de pavimentação de arruamentos nas localidades de Sernelha, Gavinhos, Granja, Agrêlo, Golpilhal, Telhado, Alagôa, Monte Redondo e Figueira de Lorvão.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de € 44.074,80 (quarenta e quatro mil e setenta e quatro euros e oitenta centavos), correspondente a 80% do valor das obras de pavimentação de arruamentos nas localidades de Sernelha, Gavinhos, Granja, Agrêlo, Golpilhal, Telhado, Alagôa, Monte Redondo e Figueira de Lorvão. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.17 – Freguesia de Oliveira do Mondego para obras de reabilitação do recinto da antiga Escola Primária de Paredes. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Oliveira do Mondego, para a transferência do montante de € 28.219,32 (vinte e oito mil duzentos e dezanove euros e trinta e dois cêntimos), correspondente a 90% das obras de reabilitação do recinto da antiga Escola Primária de Paredes. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura. ----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

2.18 – Freguesia de Travanca do Mondego para construção de valetas da rua de Lagares. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Travanca do Mondego, para a transferência do montante de € 8.479,74 (oito mil quatrocentos e setenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), para construção de valetas da rua de Lagares. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura. ----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3 – TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS:

3.1 – Casa do Povo de S. Pedro de Alva para obras na sede.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 625,05 Euros (seiscentos e vinte cinco euros e cinco cêntimos), para a Casa do Povo de S. Pedro de Alva, em apoio a obras na sede.-----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.2 – União Recreativo e Cultural de Sazes de Lorvão, para apoio a obras. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,03 Euros (setecentos e cinquenta euros e três cêntimos), para o União Recreativo e Cultural de Sazes de Lorvão, em apoio a obras. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.3 – Fábrica da Igreja Paroquial de Penacova, para apoio a obras de remodelação da capela de Vale da Carvalha.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.845,00 Euros (mil oitocentos e quarenta e cinco

euros), para a Fábrica da Igreja Paroquial de Penacova, em apoio a obras de remodelação da capela de Vale da Carvalha. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.4 – Associação Desportiva Recreativa de Riba de Baixo e Soito, para apoio a obras no Pavilhão sem comparticipação LEADER. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 4.464,16 Euros (quatro mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e dezasseis cêntimos), para a Associação Desportiva Recreativa de Riba de Baixo e Soito, em apoio a obras no Pavilhão sem comparticipação LEADER. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.5 – Associação Desportiva Recreativa de Riba de Baixo e Soito, para apoio a obras no Pavilhão.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 5.025,46 Euros (cinco mil e vinte cinco euros e quarenta e seis cêntimos), para a Associação Desportiva Recreativa de Riba de Baixo e Soito, em apoio a obras no Pavilhão. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.6 – União Popular da Rebordosa para apoio a obras no pavilhão. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.244,84 Euros (mil duzentos e quarenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos), para a União Popular da Rebordosa em apoio a obras no pavilhão.-----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.7 – Associação “Os Festeiros de Miro”, para apoio a obras no pavilhão.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 250,00 Euros (duzentos e cinquenta euros), para a Associação “Os Festeiros de Miro”, em apoio a obras no pavilhão. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.8 – Associação Recreativa e Cultural da Póvoa, para apoio a obras no pavilhão.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.652,64 Euros (mil seiscentos e cinquenta e dois

euros e sessenta e quatro centavos), para a Associação Recreativa e Cultural da Póvoa, em apoio a obras no pavilhão. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.9 – Juventude Desportiva de Monte Redondo, para apoio a obras no Campo de Jogos de Monte Redondo.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 6.670,17 Euros (seis mil seiscentos e setenta euros e dezassete centavos), para a Juventude Desportiva de Monte Redondo, em apoio a obras no Campo de Jogos de Monte Redondo.-----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.10 – Associação Desportiva de S. Mamede, para apoio a obras nos balneários e cozinha. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 658,87 Euros (seiscentos e cinquenta e oito euros e oitenta e sete centavos), para a Associação Desportiva de S. Mamede, em apoio a obras nos balneários e cozinha.-----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.11 – Casa do Povo de S. Pedro de Alva para apoio à Escola de Música. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 4.000,00 Euros (quatro mil euros), para a Casa do Povo de S. Pedro de Alva, em apoio à Escola de Música.-----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.12 – Casa do Povo de Penacova para apoio à Escola de Música.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 4.000,00 Euros (quatro mil euros), para a do Povo de Penacova, em apoio à Escola de Música. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Neste momento ausentou-se da reunião a Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões. -----

3.13 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense para apoio à Escola de Música. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 4.000,00 Euros (quatro mil euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense, em apoio à Escola de Música. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo à reunião a Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões. -

3.14 – Casa do Povo de Penacova, em apoio ao funcionamento do Coro Polifónico da Casa do Povo de Penacova. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 2.000,00 Euros (dois mil euros), para a Casa do Povo de Penacova, em apoio ao funcionamento do Coro Polifónico da Casa do Povo de Penacova.-----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.15 – União Popular da Rebordosa em apoio ao funcionamento do Grupo de Cavaquinhos da Rebordosa.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,00 Euros (Setecentos e cinquenta euros), para a União Popular da Rebordosa em apoio ao funcionamento do Grupo de Cavaquinhos da Rebordosa.-----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.16 – Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1079 (Penacova), em apoio ao funcionamento.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1079 (Penacova), em apoio ao funcionamento. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.17 – Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1316 (Figueira de Lorvão), em apoio ao funcionamento. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1316 (Figueira de Lorvão), em apoio ao funcionamento.
--- O pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.18 – Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 239 Miro, em apoio ao funcionamento.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para a Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 239 Miro, em apoio ao funcionamento. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Neste momento ausentou-se da reunião a Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões.-----

3.19 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a consumíveis e materiais para atividades. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 368,00 Euros (trezentos e sessenta e oito euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a consumíveis e materiais para atividades. -----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.20 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio ao concerto de Páscoa. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 350,00 Euros (trezentos e cinquenta euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio ao concerto de Páscoa. -----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.21 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a deslocações no âmbito do Programa Bandas em Concerto e do evento “Ao Som das Bandas”. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 636,00 Euros (seiscentos e trinta e seis euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a deslocações no âmbito do Programa Bandas em Concerto e do evento “Ao Som das Bandas”. -----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.22 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio à aquisição de fardamento. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 575,01 Euros (quinhentos e setenta e cinco euros e um cêntimos), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio à aquisição de fardamento.-----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.23 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a deslocações no âmbito do Programa “Bandas em Concerto” e Intercâmbio Concelhio. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.160,00 Euros (mil cento e sessenta euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a deslocações no âmbito do Programa “Bandas em Concerto” e Intercâmbio Concelhio.-----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.24 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a deslocações no âmbito da realização do jantar promocional da Lampreia no Casino da Figueira da Foz.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 300,00 Euros (trezentos euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense em apoio a deslocações no âmbito da realização do jantar promocional da Lampreia no Casino da Figueira da Foz.-----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo á reunião à reunião a Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões.-----

--- Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões.-----

3.25 – Casa do Benfica em Penacova, em apoio ao 8º Passeio de Cicloturismo. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 250,00 Euros (duzentos e cinquenta euros), para a Casa do Benfica em Penacova, em apoio ao 8º Passeio de Cicloturismo. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo à reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões.

3.26 – Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio do Silveirinho, em apoio à realização de Exposição Associativa e Cultural.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 350,00 Euros (trezentos e cinquenta euros), para a Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio do Silveirinho, em apoio à realização de Exposição Associativa e Cultural. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.27 – União Popular da Rebordosa, em apoio ao Fim de Semana Cultural, a III Barca Serrana – Cantares Tradicionais.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 350,00 Euros (trezentos e cinquenta euros), para o União Popular da Rebordosa, em apoio ao Fim de Semana Cultural, a III Barca Serrana – Cantares Tradicionais. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.28 – Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, em apoio à I Feira do Barqueiro.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 350,00 Euros (trezentos e cinquenta euros), para o Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, em apoio à I Feira do Barqueiro.

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.29 – Centro Social e Paroquial de Lorvão, em apoio às Marchas Populares. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para o Centro Social e Paroquial de Lorvão, em apoio às Marchas Populares. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.30 – Agrupamento de Escolas de Penacova, em apoio às Marchas Populares.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para o Agrupamento de Escolas de Penacova, em apoio às Marchas Populares.-----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.31 – APPACDM, em apoio às Marchas Populares. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para a APPACDM, em apoio às Marchas Populares. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.32 – Associação Cultural e Recreativa do Coiço, em apoio às Marchas Populares. ----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para a Associação Cultural e Recreativa do Coiço, em apoio às Marchas Populares.-----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.33 – Santa Casa da Misericórdia de Penacova, em apoio às Marchas Populares.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para a Santa Casa da Misericórdia de Penacova, em apoio às Marchas Populares.-----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.34 – Associação Recreativa e Cultural de Travanca do Mondego, em apoio às Marchas Populares.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para a Associação Recreativa e Cultural de Travanca do Mondego, em apoio às Marchas Populares.-----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões.-----

3.35 – Mocidade Futebol Clube, em apoio às Marchas Populares. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para a Mocidade Futebol Clube, em apoio às Marchas Populares.-----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo à reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões.

--- Neste momento ausentou-se da reunião a Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões.-----

3.36 – Filarmónica Boa Vontade Lorvanense, em apoio às Marchas Populares. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 900,00 Euros (novecentos euros), para a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense, em apoio às Marchas Populares. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo à reunião a Senhora Vereadora Ana Cristina Marques Silva Simões. -

3.37 – Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, em apoio a deslocações à feira dos Lázarus e a Santo António dos Olivais. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 254,40 Euros (duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta centavos), para o Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, em apoio a deslocações à feira dos Lázarus e a Santo António dos Olivais. -----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.38 – Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, em apoio a deslocações ao Festival de Folclore, em Fonte Angeão – Aveiro. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 200,00 Euros (duzentos euros), para o Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, em apoio a deslocações ao Festival de Folclore, em Fonte Angeão – Aveiro. -----
--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de faturas, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.39 – Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, em apoio ao seu Festival de Folclore. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,00 Euros (setecentos e cinquenta euros), para o Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, em apoio ao seu Festival de Folclore. -
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.40 – Associação Recreativa e Cultural Rosinhas de Agrêlo, em apoio ao seu Festival de Folclore. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,00 Euros (setecentos e cinquenta euros), para a Associação Recreativa e Cultural Rosinhas de Agrêlo, em apoio ao seu Festival de Folclore.
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões. -----

3.41 – Mocidade Futebol Clube, em apoio ao Festival de Folclore do “Unidos da Cheira”. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,00 Euros (setecentos e cinquenta euros), para a Mocidade Futebol Clube, em apoio ao Festival de Folclore do “Unidos da Cheira”. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo à reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões.

3.42 – Casa do Povo de S. Pedro de Alva, em apoio ao Festival de Folclore do Rancho Folclórico e Cultural da Casa do Povo de S. Pedro de Alva. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,00 Euros (setecentos e cinquenta euros), para a Casa do Povo de S. Pedro de Alva, em apoio ao Festival de Folclore do Rancho Folclórico e Cultural da Casa do Povo de S. Pedro de Alva. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.43 – Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão, em apoio ao Festival de Folclore do Grupo Etnográfico de Lorvão. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.000,00 Euros (mil euros), para à Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão, em apoio ao Festival de Folclore do Grupo Etnográfico de Lorvão. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.44 – Rancho Folclórico de Penacova, em apoio ao seu Festival de Folclore. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.000,00 Euros (mil euros), para ao Rancho Folclórico de Penacova, em apoio ao seu Festival de Folclore. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.45 – Rancho Folclórico e Etnográfico de Zagalho e Vale do Conde, em apoio ao seu Festival de Folclore. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.000,00 Euros (mil euros), para ao Rancho Folclórico e Etnográfico de Zagalho e Vale do Conde, em apoio ao seu Festival de Folclore.-

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.46 – União Popular de Chelo, em apoio ao Festival de Folclore do Rancho Folclórico “As Paliteira de Chelo”. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.000,00 Euros (mil euros), para o União Popular de Chelo, em apoio ao Festival de Folclore do Rancho Folclórico “As Paliteira de Chelo”. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.47 – Coro Vox et Commnio – Associação Cultural de Penacova, em apoio ao funcionamento.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 750,00 Euros (setecentos e cinquenta euros), para o Coro Vox et Commnio – Associação Cultural de Penacova, em apoio ao funcionamento. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.48 – Confraria da Lampreia, em apoio à realização do “IX Capítulo da Confraria da Lampreia”. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para Confraria da Lampreia, em apoio à realização do “IX Capítulo da Confraria da Lampreia”. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.49 – APPACDM em apoio à organização da “2ª Caminhada Solidária”.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 150 Euros (cento e cinquenta euros), para a APPACDM em apoio à organização da “2ª Caminhada Solidária”. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.50 – Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão, em apoio à aquisição de dois fatos monjas cistercienses. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 200,00 Euros (duzentos euros), para a Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão, em apoio à aquisição de dois fatos monjas cistercienses.

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.51 – Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, em apoio à organização Corta Mato. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, em apoio à organização Corta Mato. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.52 – União Popular e Cultural de Chelo, em apoio ao torneio “Barca Serrana”. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 300,00 Euros (trezentos euros), para a União Popular e Cultural de Chelo, em apoio ao torneio “Barca Serrana”. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.53 – Juventude Desportiva de Monte Redondo, em apoio à Equipa Fúria Laranja BTT.

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.200,00Euros (mil e duzentos euros), para a Juventude Desportiva de Monte Redondo, em apoio à Equipa Fúria Laranja BTT. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.54 – Shukokai Karate Dojo Penacova, em apoio à organização do Campeonato Nacional Individuais de Karate Shukokai – Penacova 2012. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.000,00 Euros (mil euros), para o Shukokai Karate Dojo Penacova, em apoio à organização do Campeonato Nacional Individuais de Karate Shukokai – Penacova 2012. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.55 – Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, em apoio à organização do Campeonato da Europa de Pesca à Pluma. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.500,00 Euros (mil e quinhentos euros), para a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, em apoio à organização do Campeonato da Europa de Pesca à Pluma. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões. -----

3.56 – Casa do Benfica em Penacova, em apoio à organização 1º Torneio de Futsal “Paulo Madeira”. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar a transferência de verba, no montante de 300,00 Euros (trezentos euros), para a Casa do Benfica em Penacova, em apoio à organização 1º Torneio de Futsal “Paulo Madeira”. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Regressou de novo á reunião o Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões.

3.57 – Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, em apoio á deslocação aos Açores. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para o Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, em apoio á deslocação aos Açores. -----
--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.58 – Associação Desportiva de São Mamede, em apoio á deslocação ao Torneio de Conflans – França. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), para a Associação Desportiva de São Mamede, em apoio á deslocação ao Torneio de Conflans – França. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.59 – Clube de Pesca de Penacova, em apoio à participação de atletas em Campeonato Mundiais e Europeus no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira ao Clube de Pesca de Penacova, em apoio à participação de atletas em Campeonato Mundiais e Europeus no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 2.400,00€ (dois mil e quatrocentos euros). -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.60 – Futebol Clube de Paradela, em apoio ao pagamento de inscrições, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira ao Futebol Clube de Paradela, em apoio ao pagamento de inscrições, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros). -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.61 – Associação de Agricultores Filantrópica do lugar de Figueira de Lorvão, em apoio ao pagamento de inscrições, exames médicos e incentivo à formação, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira à Associação de Agricultores Filantrópica do lugar de Figueira de Lorvão, em apoio ao pagamento de inscrições, exames médicos e incentivo à formação, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 2.730,00€ (dois mil setecentos e trinta euros). -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.62 – Associação de Agricultores Filantrópica do lugar de Figueira de Lorvão, em apoio ao pagamento de quilómetros, atletas participantes na seleção distrital e resultados obtidos durante a época, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira à Associação de Agricultores Filantrópica do lugar de Figueira de Lorvão, em apoio ao pagamento de inscrições, exames médicos e incentivo à formação, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 6.358,00,00€ (seis mil trezentos e cinquenta e oito euros).-----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.63 – Clube Desportivo e Cultural de Penacova, em apoio ao pagamento de inscrições 2011/201 e participação do atleta Manuel Pedroso na Seleção Nacional, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira ao Clube Desportivo e Cultural de Penacova, em apoio ao pagamento de inscrições 2011/201 e participação do atleta Manuel Pedroso na Seleção Nacional, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 900,00€ (novecentos euros). -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.64 – União Desportiva Lorvanense, em apoio ao pagamento de inscrições, quilómetros efetuados, incentivo à formação e resultados desportivos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira ao União Desportiva Lorvanense, em apoio ao pagamento de inscrições, quilómetros efetuados, incentivo à formação e resultados desportivos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 2.997,00€ (dois mil novecentos e noventa e sete euros).-----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.65 – União Popular e Cultural de Chelo, em apoio ao pagamento de inscrições, quilómetros e exames médicos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma comparticipação financeira à União Popular e Cultural de

Chelo, em apoio ao pagamento de inscrições, quilómetros e exames médicos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 2.245,40€ (dois mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta centimos). -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.66 – União Futebol Clube, em apoio ao pagamento de inscrições, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma participação financeira à União Futebol Clube, em apoio ao pagamento de inscrições, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.-----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 2.280,00€ (dois mil duzentos e oitenta euros).-----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.67 – Associação Desportiva de São Mamede, em apoio ao pagamento de taxas de jogo e exames médicos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Foi presente ao Executivo o Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, que tem como objeto a concessão de uma participação financeira à Associação Desportiva de São Mamede, em apoio ao pagamento de taxas de jogo e exames médicos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato que aqui se dá por integralmente reproduzido, e assumir os encargos no montante de 828,10€ (oitocentos e vinte e oito euros e dez centimos). -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.68 – Clube de Pesca de Penacova, em apoio à aquisição de imóvel. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.620,02 Euros (mil seiscentos e vinte euros e dois centimos), para o Clube de Pesca de Penacova, em apoio à aquisição de imóvel, destinada à sede, sita em Travessa da Costa do Sol, n.º 3, Vila, freguesia e Concelho de Penacova, inscrita na matriz sob a artigo 2.748. -----

--- É condição de eficácia da deliberação a apresentação de documento comprovativo da aquisição, sendo o pagamento efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.69 – Centro de Acolhimento de Penacova, em apoio ao serviço prestado ao Município, nomeadamente receção de verba pelo carregamento de passes relativo ao transporte escolar efetuado pela Trandev. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 2.500,00 Euros (dois mil e quinhentos euros), para o

Centro de Acolhimento de Penacova, em apoio ao serviço prestado ao Município, nomeadamente receção de verba pelo carregamento de passes relativo ao transporte escolar efetuado pela Transdev. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

3.70 – ADELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, para pagamento da quota de 2012. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 12.500,00 Euros (doze mil e quinhentos euros), para a ADELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, para pagamento da quota de 2012. -----

--- O pagamento será efetuado até ao dia 31 de Dezembro de 2012. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para efeitos executórios imediatos. -----

ENCERRAMENTO

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram dezoito horas e trinta e cinco minutos.-----

--- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pela Secretária da reunião. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Humberto José Baptista Oliveira)

A SECRETÁRIA

(Rosa Maria Martins Henriques)